

NOTAS CONCEITUAIS SOBRE ATIVIDADE E CORPO-SI NA ABORDAGEM ERGOLÓGICA DO TRABALHO

CUNHA, Daisy Moreira¹ – UFMG – daisycunha@ufmg.br

GT: Trabalho e Educação / n.09

Agência Financiadora: CNPq / FAPEMIG

1. Introdução

O conceito de atividade nos coloca no ponto de encontro de diferentes disciplinas: Filosofia, Psicologia, Sociologia, Linguística, Ergonomia e Engenharia de interfaces homens-máquinas. O aparecimento desse conceito apresenta um quadro teórico alternativo de tipo construtivista e sócio-interacionista ao paradigma racionalista, cientificista e objetivista do conhecimento produzido nas ciências humanas. Compreender o ponto de vista da atividade humana como posicionamento epistemológico é se colocar na confluência, na zona de fronteira entre sujeito-objeto, ação-conhecimento, corpo-alma, subjetivo-objetivo, o que propicia um quadro de referência coerente, integrado e operatório capaz de abordar o trabalho humano na sua complexidade.

O trabalho pode ser tratado sob as mais diversas perspectivas, ao sabor dos conceitos e métodos adotados em cada disciplina. Nestes diversos enfoques, problemas diversos do mundo do trabalho (mutações, qualificação, emprego, saúde, autogestão, participação, serviços etc.) são abordados da perspectiva da *atividade* de trabalho, em seu processo de realização *hic e nunc*, re-estabelecendo os sentidos, significados, razões, valores, motivos e crenças nas ações do sujeito humano no trabalho. O conceito de *atividade*, tal como esta categoria vem sendo re-tratada pela ergonomia (da atividade) e pela abordagem ergológica do trabalho trazem aportes fundamentais à esta nova tendência observada nas ciências humanas e sociais. O ponto de vista da atividade nos estudos do trabalho reintegra as dimensões psicológicas, sociais e culturais, tomando o ato de trabalho como “encarnado”, significante e motivado, dimensões evacuadas pelo racionalismo científico.

Esta comunicação resgata aportes da chamada abordagem ergológica do trabalho para a compreensão da atividade humana em situação laboral.

¹ Professora Doutora em Filosofia/Universidade de Provence – França, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, Faculdade de Educação/UFMG.

2. Atividade industriosa e debate de normas

Para a abordagem ergológica do trabalho, a *atividade industriosa* é lugar de debate de normas com o meio no qual se insere. Todo meio de trabalho é constituído por normas antecedentes que ao serem encontradas nas situações laborais pelo homem produtor, geram renormalizações, até mesmo porque sem estas últimas, o trabalho prescrito não pode ser realizado. A ergologia convida a tirar conseqüências dessa distância inevitável entre o prescrito e o real que marca a fundação da ergonomia da atividade (Guérin, *et al*, 2001). Para ergologia, se a distância entre o prescrito e o real no trabalho é inevitável, neste hiato se inscrevem as renormalizações. Mesmo obedecer às normas antecedentes já é praticar escolhas. E ao operar nos interstícios das normas antecedentes, o homem faz história.

A complexidade dessas renormalizações da atividade industriosa está em interação com os diversos níveis de normas antecedentes aos quais faz face no meio em que opera – das prescrições mais simples presentes na tarefa às normas sócio-culturais mais gerais. Estaríamos tratando então de atividades das múltiplas dimensões do ser humano nas relações que o mesmo estabelece com o meio multidimensional no qual se insere.

No plano da atividade ética, as proposições a seguir auxiliam na compreensão dos significados da atividade industriosa para a abordagem ergológica:

As atividades se manifestam convocando um espaço de valores

O trabalho, tal como mostrou a ergonomia, é lugar de uma distância inevitável entre o prescrito e o real, portanto, lugar de acontecimentos complexos, marcado por decisões instruídas para preencher estas lacunas. A atividade se engendra nessa porosidade do prescrito, em seus interstícios como micro-decisões. Ela é conduta industriosa, decisão – julgamento orientado por critérios; arbitragem baseada em valores.

Tais arbitragens atestam que se trata de seres vivos humanos agindo em meios afetados por múltiplas [micro] variabilidades. Variabilidades que podem ser sócio-históricas e culturais, instituídas por coletividades relativamente pertinentes ou pelo próprio *sujeito* da atividade. Arbitragens que podem nos reenviar da inconsciência do próprio corpo aos níveis mais globais da vida histórica e sócio-cultural (equipe, serviço, empresa, grupo social, nação...). É nesse sentido que podemos falar que a atividade

industrial é uma “*dramática do uso de si*”: de um lado, execução de um protocolo experimental cujas condições e exigências operatórias foram definidas eliminando, ou tentando eliminar as singularidades de espaço, de tempo e de pessoas (normas antecedentes), por outro lado, experiência singular, recolocando em jogo as próprias normas numa situação de “encontro” com um destino a ser vivido (renormalizações).

A interconexão permanente dos valores

Trabalhar e viver são de alguma maneira avaliar, pois os valores perpassam toda atividade industrial. E os diversos valores existentes no mundo não estão dispostos numa hierarquia única, ou em níveis diferenciados que os impedem de se confrontar, ao contrário, eleger um valor significa re-ordenar os outros.

Schwartz (2004:151) cita Max Weber (“*Le savant et le politique*”) para argumentar quanto à unidade e interdependência do mundo dos valores e se contrapor à tese platônica da existência de uma hierarquia de valores. Analisa o exemplo do serviço público como valor apto a organizar a vida em comum e o confronto permanente que isso pode gerar ao atravessar as diversas situações da vida social e de trabalho. Julga uma ‘hipótese fácil’ a tese da incomensurabilidade entre valores locais e aqueles do grande debate público (Cf. Habermas). Argumenta, através de diversos conceitos (situação de trabalho/meio de vida/meio de trabalho, entidades coletivas relativamente pertinentes, conceitos de horizonte, uso de si, circulações...) a favor da comensurabilidade entre valores enraizados localmente, às vezes subsumidos no infinito do *corpo-si*, e o debate público mais geral, pois o que vale como meio para os sujeitos singulares é uma apropriação feita no mundo dos valores no qual estamos imersos.

A atividade retrata seus valores

Entretanto, Schwartz descarta leituras dedutivas dos valores locais a partir dos valores universais: “(...) *a vida, mais precisamente a atividade, e bem mais explosivamente ainda a atividade industrial, não se prestam a esta legibilidade dócil*” (2004: 152).

Toda experiência de trabalho é encontro: confrontação de um ser vivo às normas e valores antecedentes numa situação histórica sempre singular. Ser vivo ele mesmo histórico, tentando construir seu meio em função do complexo de valores que localmente e singularmente são seus. Ser vivo que coloca a prova e retrabalha as normas antecedentes que são sempre insuficientes para fazer face à situação presente.

Não compreender estas negociações de normas ao fazer análise do trabalho é deixar de ver o analisado como seu semelhante, pois não importa qual atividade de trabalho (inclusive a do pesquisador) propõe, convoca, impõe escolhas e arbitragens. A experiência industriosa é sempre um trabalho sobre valores. Analisar o trabalho implica acessar o mundo dos valores que oscilam de um “humanismo enigmático” (pólo universal) ao “centro de vida” onde os mesmos são tratados (pólo do singular). De onde a “*impossível exterritorialidade*” para se produzir conhecimentos sobre trabalho nas *ciências humanas* e a não neutralidade dos conceitos nesse mundo de valores. Isto posto será preciso que o pesquisador se transporte até o lugar da atividade de trabalho para compreender a unidade operante atividades-valores mais ou menos retratadas.

Dessa perspectiva de um retrabalho dos valores, das renormalizações que nos obrigam a tentar criar permanentemente um meio para nós com base nos nossos próprios valores - pois “*todo homem quer ser sujeito de suas próprias normas*” (Cf. Georges Canguilhem), podemos inferir uma das características da atividade de um ponto de vista ergológico: **mediação**. A atividade promove a mediação com o meio através dos valores, possibilitando associar individual e coletivo, bem como os níveis macro e micro da vida social. Os valores humanos e sociais estão em permanente movimento não podendo ser confinados num posto ou lugar de trabalho quebrando as fronteiras entre o público e o privado.

Isto posto podemos inferir outra característica da atividade de um ponto de vista ergológico: **contradição**. A atividade humana é atravessada por contradições potenciais e porque faz escolhas, se revela como *matriz autêntica* da história humana.

Por fim, terceira característica da atividade de um ponto de vista ergológico, a atividade humana viva é esta entidade obscura e transgressiva, “(...) esta estrutura, esta relação global e jogada na longa duração” (2001), promotora de **transgressão** em permanência. A atividade industriosa transgride as fronteiras existentes entre o biológico e o cultural o que dificulta nosso trabalho conceitual (2000: 666)². Schwartz chama atenção para as análises de Alain Berthoz que no prefácio do livro de Antônio Damásio - *L’erreur de Descartes. La raison des émotions* – se refere ao mesmo como uma “apologia do corpo”, lembra ainda estes autores estão discutindo algo muito próximo de sua idéia de *corpo-si* - “entidade obscura e transgressiva” :

² Cf Schwartz : “*Les ressorts de ce que nous appelons “activités” transgressent donc ce que le seul biologique ou le seul culturel peuvent déployer comme batteries de conceptsinterprétatifs*” (2000: 666).

(...) o organismo interage com o ambiente enquanto um todo: a interação não é fato unicamente do corpo, nem unicamente do cérebro (...) É preciso considerar que o ambiente é, em parte, o produto da atividade ela mesma do organismo, e isto não faz mais que sublinhar a complexidade das interações que devemos levar em conta (...) O espírito respira pela via do corpo. (Berthoz apud Schwartz, 2000: 666)

A atividade humana seria uma potência transgressiva, uma unidade que aparece desarticulada pelos recortes conceituais no tratamento disciplinar. Quando situada em meios de trabalho aparece como realidade que não pode ser decomposta, potência transgressiva operadora de re-trabalho de todas as dimensões da vida humana (Schwartz, 2000:668).

Mas quem é o *sujeito* dessa *atividade industriosa*? O termo *sujeito* nos remete a significados na filosofia e na psicanálise que não correspondem ao sentido atribuído pela ergologia. Mas então quem renormaliza? O *sujeito* da atividade industriosa da ergologia é um *corpo-si*. Na ergologia, essa unidade problemática do ser humano - *corpo-si* - consolida aspectos importantes da atividade industriosa. As passagens a seguir auxiliam na delimitação da noção de *corpo-si* na obra de Schwartz.

3. No amálgama do *corpo-si* a atividade industriosa funde valores e saberes

3.1. *Corpo-si* e competências

Para melhor entender a presença do *corpo-si* nas situações de trabalho vale retornar ao segundo ingrediente das competências³. Este ingrediente ilustra bem essa presença multidimensional de um *corpo-si* nas situações de trabalho. Num pólo oposto àquele do primeiro ingrediente pelo qual toda atividade de trabalho pode ser analisável como segmento de um protocolo de experimentação, o segundo ingrediente nos remete à idéia de que toda atividade de trabalho é em parte experiência ou encontro aqui e agora. É a dimensão experimental presente em todo processo ergológico. Não existe situação de trabalho que não tenha infiltração do histórico no protocolo prescrito anteriormente para ser realizado.

Esta competência da atividade industriosa consegue tratar essa infiltração do histórico no protocolo. Ela lida com o não padronizado e reforça a contingência da

³ Cf. Yves Schwartz, Les ingrédients de la compétence – un exercice nécessaire pour une question insoluble, 2000.

situação (variabilidade) na medida em que re-trata o contingente a partir de sua experiência singular que é requisitada aqui e agora.

Essa competência para tratar do contingente nas situações de trabalho advém do fato da atividade industriosa ter se imbuído dessa historicidade que a dimensão conceitual ignora, pelo menos num primeiro momento. Esses ‘saberes enraizados’ sustentam uma certa capacidade de tomada de decisões considerando essas ‘conjunturas’ da situação de trabalho. Não importa o nome, mas estas “*competências práticas difíceis de serem verbalizadas ou transmitidas são adquiridas na experiência histórica e na duração – seleção das variáveis pertinentes, escolha de seu tratamento...*”(Cf. A. Wisner, apud Schwartz, 2000:488); competência aderente à ação; competências incorporadas, facilmente acessíveis e dificilmente verbalizáveis, pouco custosas em termos de carga mental, dificilmente dissociáveis, muito ligadas ao contexto (Cf. J. Leplat, apud Schwartz, 2000:490).

A dificuldade em se isolar esse segundo ingrediente provém do fato de que se o pólo da categorização das situações (ingrediente 1) e o pólo do encontro da história se opõem, não se pode, nesse mesmo molde, opor capacidade em conceituar/codificar e experiência intuitiva privada das ferramentas do conhecimento. O ingrediente 2 é uma forma específica de armazenamento na forma de saber, tendo até medidas em comum com o ingrediente 1, mas que tende a alimentar-se a partir do diálogo com o meio particular de vida e de trabalho (Schwartz, 2000: 490).

O fato de inúmeras vezes não ser possível explicar o que se faz não significa ausência de regras implícitas, de atividade conceitual, de conhecimentos acompanhando essas escolhas e gestões das situações. Essas escolhas são ancoradas em **sínteses** de uma multiplicidade de elementos difíceis de serem explorados, ordenados, verbalizados. Essa competência do histórico está ancorada em pontos de referência, conhecimentos mais ou menos intuitivos da vizinhança industriosa, antecipações do comportamento e das arbitragens dos próximos. E tem relação com o que constitui para cada um seu “meio de trabalho”. Uma ‘lógica’ habita as escolhas operadas com base nessa dimensão da competência que não pode ser ensinada, verbalizada, nem avaliada segundo protocolos disciplinares.

Esses graus de **sínteses** individuais e micro-coletivas são geralmente mal formulados e formuláveis. Pode-se falar de *imprendizagens*⁴, de ‘incorporação’ - negociação obscura com o próprio corpo, sabedoria que se constrói na confluência do biológico, do sensorial, do psíquico, do cultural, do histórico, inclusive nas atividades mais ‘imateriais’.

Os estudos de Michel Jouanneaux (1999) sobre o trabalho dos pilotos, exemplo citado por Schwartz, ressaltam a importância do engajamento corporal no exercício dessa profissão. Mas este engajamento que não pode ser localizado no corpo de maneira simples: aos cinco sentidos deve se acrescentar o papel maior da sensibilidade proprioceptiva (sinestésica), capacidade de controlar os movimentos e a posição do corpo no espaço, uma das bases da competência do piloto, mas cujos captadores estão repartidos numa multiplicidade de órgãos. Esta integração multisensorial que permite, por exemplo, detectar sem leitura de algum painel que uma manobra não foi realizada, na medida onde ela não sairia de nenhuma função nem competência definida ou localizável é extremamente difícil de ser verbalizada. Aqui os estudos do trabalho implicam os estudos da lingüística, pois é extremamente difícil colocar em palavras o engajamento corporal do piloto uma vez que ele escapa à cultura dominante “*que gostaria poder fixar no interior de suas redes conceituais, lógicas de atividade que sempre as transbordam*” (Schwartz, 2000: 661).

Os saberes deste ingrediente são ancorados no singular e no histórico, pois negociados e incorporados a partir de pontos de referência e valores de uma biografia. Três tipos de problemas se apresentam no bojo destes saberes: eles demandam tempo para aprendizagens/*imprendizagens* como patrimônio no *corpo-si*, pois o histórico de uma situação não se incorpora no instante; saberes que se formam através da própria operatividade e; são saberes de difícil avaliação em função de sua variabilidade, natureza e grau de singularidade à que fazem referência. São saberes de um *corpo-si*, construídos na história singular (ao longo da trajetória de vida), no seio das experiências vividas anteriormente, mas que interagem com as situações vividas no momento presente podendo ser reforçado, re-processado, re-trabalhado. E é este patrimônio pessoal que se coloca em marcha nas atividades desenvolvidas pelo *corpo-si* que podem me fornecer os raios de ação dentro da situação, explorando, por exemplo, “reservas de alternativas”. É por isso que Schwartz falará de meio que propõe, mas não impõe.

⁴ No original francês *imprentissage*.

3.2. Corpo-si entre o impossível e o *invivível*

A perspectiva da abordagem ergológica do trabalho passa notadamente pelo face a face com esta **entidade enigmática** denominada *corpo-si*. Este *si* que faz uso de si mesmo nas microestratégias da vida industriosa, até mesmo nos movimentos mais minúsculos⁵. É lugar obscuro do fazer, é “alma”, lugar onde está em jogo a harmonia de nossas faculdades. Este *si* é um indicador de problemas – “*corpo-pessoa*” – nas situações de trabalho.

Como *melting-pot* de dramáticas, este *si* é operador de sínteses neste *continuum* parcialmente descontínuo onde se nucleiam os diversos registros, espaços, temporalidades, meios, da vida humana. Esta entidade, definida como *corpo-si*, dificulta e fragiliza toda modelização dos comportamentos humanos a partir de chaves conceituais monovalentes, estabelecidas sobre a fixação de limites repartindo e legitimando campos de especialidades disciplinares e institucionais, sem dispositivo de interpelação pelos interlocutores vivos, escapando ‘por natureza’, enquanto seres vivos, ao menos parcialmente, ao menos um décimo⁶ a estes esquadrinhamentos conceituais.

O *corpo-si* é a história, história da vida, do gênero, da pessoa, é a história de encontros sempre renovados entre um ser em equilíbrio mais ou menos instável e uma vida social, com seus valores, suas solicitações, seus dramas...é a história, história como memória sedimentada, organizada na miríade dos circuitos da pessoa; mas também história como matriz, energia produtora de inédito: na medida onde a intenção renormalizante é às vezes imposta ao ser – o meio é sempre infiel, como ‘encontro’ ele reclama que a gente se escolha escolhendo tal ou qual maneira de tratar – e ao mesmo tempo requer como exigência de vida, como apelo nele de saúde, o instrumentalizando sem relaxe para tentar transformar isto que é objetivamente para ele meio (*umgebung*) nisto que poderia fazer seu meio (*umwelt*). O IMPOSSIVEL⁷, quer dizer a estabilização das configurações a viver, a eliminação das variabilidades, é ao mesmo tempo

⁵ Cf. Sobre o movimento do olhar em Alain Berthoz, *Le sens du mouvement*, Paris : O.Jacob, 1997.

⁶ Essa idéia de que a atividade escapa ao menos um décimo às modelizações conceituais esta melhor desenvolvida em Yves Schwartz, *Expérience et Connaissance*, Paris: Editions Sociales, 1988. Através desse número matemático o autor quer passar a idéia de um residual sempre presente na formulação de conceitos pelo trabalho científico e esta realidade marca profundamente a produção científica nas ciências humanas.

⁷ O impossível é uma grande contribuição da ergonomia à filosofia. A ergonomia mostrou o quanto o ideal de standardização das condições da atividade humana, visando padronizá-la como um protocolo exaustivamente normatizado *a priori* é impossível, inclusive porque as situações de trabalho são uma combinatória de variabilidades cujas fontes são inextricavelmente materiais, técnicas e, obviamente, humanas.

INVIVÍVEL⁸, quer dizer todo regime estável de existência sob a estrita coerção da heterodeterminação, da heteronormalização, a coerção às seqüências lineares adaptativas ou ainda o único uso de si ‘pelos outros’. O impossível convoca um ser apto a gerir as infidelidades do meio, mas, fazendo isto, este ser, atualizando isto que é para ele condição de vida em saúde, contribui para resingularizar este meio, para renovar agravar sua ‘infidelidade’. Este casal ‘impossível/invivível’, que reenvia *in fine* ao *corpo-si*, ao corpo-pessoa, aparece como **núcleo matricial de toda história**, instrumento de recusa dos determinismos, catastrofismos, profetismos sem medida nem humildade. O *corpo-si* é entidade sedimentada, genericamente, socialmente, individualmente, por estes encontros; que, como tal, com os recursos que são aí dinamicamente cristalizados, ‘gere’ o prosseguir destes encontros; gestão que por este jogo entre o impossível e o invivível, de onde surge o irrepreensível fenômeno da renormalização, contribue para alimentar continuamente a vida como encontro e a vida humana como história.

Um dos exemplos citados por Schwartz é aquele do corpo dos operadores de uma usina de petroquímica que “guarda e trata os dados” de tal sorte que quando estes operadores devem tomar decisões sobre seus monitores de computador, “eles o fazem com a presença no corpo de históricos interiorizados” (Charriaux, 1994, apud Schwartz, 2000). Mas essa presença da memória encarnada poderia estar nas maneiras de acolher os usuários no guichê, nas posturas, nas entonações, nas escolhas de valores, de bens comuns mais ou menos locais que são retrabalhadas por esta entidade enigmática, *corpo-si*. O neurologista do movimento é novamente lembrado por argumentar que “mesmo as fibras musculares têm uma memória” (Cf. Berthoz, 1997, p.137, apud Schwartz, 2000:512).

3.3. *Corpo-si* entre circulações e barreiras

Não existe uma situação de trabalho que não implique esta obscura entidade, este *si*, um corpo bio-psíquico e histórico, mesmo nas atividades produtivas reputadas *imateriais*. Em seu cockpit, de costas para seus instrumentos e conversando com o chefe da cabine, o engajamento corporal do piloto lhe permite perceber bruscamente detalhes imperceptíveis sobre a posição de sua aeronave no espaço, em quaisquer que sejam os sistemas de informação e de comando. Esse saber é acionado no nível da síntese sensorial entre um estado esperado e um estado real.

⁸ Se a atividade é esse enigma irreprimível, uma atividade completamente normatizada seria invivível.

Schwartz lembra também que nas indústrias químicas, uma das tarefas mais constrangedoras na vigilância das instalações é a *luta contra o esquecimento* de múltiplos parâmetros pertinentes.

A colaboração se traduz por táticas, às vezes por astúcias para combater o esquecimento. É claro que uma certa ansiedade que alimenta a carga de trabalho do posto não nasce do perigo das instalações mais do medo de deixar de lado ações que nós nos programamos, parâmetros que deveríamos ter levado em conta (Chaurriaux, 1994 apud Schwartz, 1996:152).

Mas onde se cultiva a saúde do corpo, a memória, onde se combate o esquecimento, nos pergunta Schwartz? Para o autor, é o mesmo corpo que enfrenta, se experimenta, se forma, se usa em todas as situações da vida social.

Toda situação de trabalho supõe arbitragens, ponderações, critérios, engajamento, portanto, implicam em “dramas do uso de si”. Escolhas do tipo “qualidade” *versus* “rapidez”, “economia de si” *versus* “facilitar a vida coletiva”, etc. Esta situação de trabalho mesmo se freqüentemente em penumbra, encontra-se imersa num universo de valores os quais não podemos compartimentar em “valores no trabalho” e “outros valores”, etc. Os valores circulam e se retrabalham entre o pólo “trabalho-emprego” e os outros encontros com a vida social e cultural.

A atividade industriosa deste *corpo-si* nos convida a pensar melhor o valor do trabalho uma vez que exige articular “circulações” e “barreiras” entre a forma mercantil do trabalho e outros momentos da vida em nossas sociedades contemporâneas. É o mesmo *corpo-si* que enfrenta todas as situações da vida que circula valores entre “trabalho” e “fora trabalho”, “privado” e “público”. “*O campo de valores atravessa o campo do fazer, a atividade e os valores se reencontram nas alquimias do corpo-si*” (Schwartz, 2000: 665). Portanto, toda concepção que separe a princípio o trabalho mercantil de outros momentos da vida social empobreceria isto que o trabalho é em realidade.

Entretanto, entre o trabalho mercador e outras formas de atividade, existem também barreiras. O exemplo do desemprego é citado por revelar os dramas, mesmo quando o desempregado dispõe de remunerações decentes, dessa experiência de desligamento dos laços sociais. Dizê-lo é constatar que esta forma mercantil de trabalho, nas condições atuais da vida social, situa os homens e mulheres no seio de um espaço

onde eles têm uma experiência do seu tempo histórico, mesmo que por vias frequentemente insanas, às vezes patogênicas. Onde eles podem tentar fazer de seu meio um espaço possível de normas que tenham uma pertinência coletiva e histórica. Atrás das coerções do mercado, atrás do cálculo das alocações de recursos, existe o movimento das técnicas e seus reajustamentos locais que são universais, culturas, linguagens, organizações, existe uma apropriação obrigatória, mesmo que parcial, da modernidade. E estar em um ponto deste tecido sócio-econômico e cultural, é multiplicar as ocorrências de encontros e deliberações sobre valores, conflitos de valor, acréscimos a aceitar ou recusar das linhas de desenvolvimento humano.

É necessário, entretanto, pensar a dialética das “barreiras” e das “circulações”. Através desta importância dada ao trabalho mercantil, não se trata em efeito de louvar os critérios abstratos e quantitativos do mercado como última invenção da sociabilidade humana. Mas os *valores não mercantis* e por meio deles, os valores de “bem comum” estão presentes, operantes, eficazes, mesmo se pouco aparentes, nas atividades reguladas pelo dinheiro e as alocações de recursos. As “circulações” dos valores no trabalho impedem a absorção do mesmo por esta única lógica mercantil – trabalho abstrato. Não pensar nas circulações, vetor fundamental destas confrontações de valores é ignorar os conteúdos reais do trabalho sob sua forma emprego, empobrecer os horizontes atuais, as potencialidades de emancipação em relação ao pólo exclusivo da regulação pelo lucro e o cálculo monetário.

Para Schwartz, promover confrontações entre valores mercantis e valores sem dimensão é fundamental para não mutilarmos o trabalho da complexidade que o mesmo representa. Para o autor, o trabalho não pode ser definido claramente, pois ele acumula heranças de seus sucessivos nascimentos sendo uma atividade que associa inextricavelmente “*o antropológico, o histórico, heranças imemoriais e relações sociais extremamente carregadas de sentido*” (1996:151).

Ao confrontarmos valores mercantis e os valores sem dimensão que perpassam as atividades de trabalho, o que as torna um uso de si problemático, estamos mais próximo do que o trabalho realmente significa enquanto experiência (Schwartz, 2000: 318-320).

2.4. A temporalidade ergológica

Sempre numa perspectiva tripolar, Schwartz introduz o problema da **temporalidade ergológica** entre temporalidade mercantil e temporalidade do “bem comum” (pólo do político, dos direitos). As passagens apresentadas a seguir exploram quatro dimensões dessa temporalidade.

O debate das normas no uso de si. As costureiras industriais são lembradas pelas coerções gestuais cronometradas às quais estão constringidas - uso de si por outrem, mas como todos e quaisquer operários, não executam nada sem parcialmente recompor as condições do uso industrial delas mesmas - uso de si por si mesmo. Nenhuma mercadoria seria produzida, nenhuma vida seria possível na cadeia de montagem de qualquer setor produtivo sem que esta tentativa partilhada de renormalização se manifeste. A temporalidade ergológica é aquela de um compromisso sempre problemático entre uso de si por si e por outrem, sempre a negociar entre as normas antecedentes e ensaios de renormalização. Estas renormalizações que marcam a temporalidade ergológica se fundam no embate entre a saúde⁹ e as diversas normas técnicas, econômicas e sócio-culturais que estruturam as situações de trabalho do homem produtor.

O tempo das aprendizagens e *imprendizagens*. Outro aspecto que marca a temporalidade ergológica é aquela que nos remete novamente ao segundo ingrediente das competências supracitado, do armazenamento da experiência como patrimônio vivido:

de procedimentos, de atalhos languageiros e comunicacionais, de sinergias locais; tempos de ajustamento, de concordâncias internas de tempo, tempo das seqüências lógicas das operações, tempos dos “históricos” das situações (filas de espera dos usuários, as instalações não tem os funcionamentos constantes, panes ou incidentes marcaram o período anterior...), tempos de operações simultâneas (...) Temporalidade desejada na tentativa de domínio das variabilidades e complexidades do meio, cuja duração média não é antecipável, varia com as pessoas, mas que supõe em todas as circunstâncias que possam se delinear entidades coletivas, mais ou menos frágeis, mais ou menos efetivas, e sempre em parte opacas aos primeiros olhares. É o tempo das diferenças:

⁹ Cf. Para Georges Canguilhem (1995) saúde é a capacidade de fazer face às infidelidades do meio.

nenhum serviço em hospital, nenhum escritório dos correios, nenhuma equipe de operadores não gere camas, usuários, instalações da mesma maneira, nos mesmos ritmos (Schwartz, 2000: 512).

O tempo da tarefa prescrita esquadrinha os gestos individuais e coletivos e demanda ajustamentos permanentes entre tempos profissionais e privados. No fluir do tempo esquadrinhado da tarefa, muitas equipes de trabalho constroem, através da sincronia e coordenação de seus gestos, códigos e regras do viver junto, formas de partilhar aprendizagens e valores em comum no trabalho, de transmitir saberes. Sem esse tempo carregado de aprendizagens em comum, de partilhas, de *frequência* mútua no esquadrinhamento do tempo a ser compartilhado, não pode haver trabalho cooperativo.

O corpo é, portanto, memória - patrimônio vivido. Ele integra aprendizagens e *imprendizagens*, faz sínteses *das menores unidades temporais aos usos, usuras, de longa duração nas quais a história, individual, social, se inscreve como recursos e limites*. Os trabalhos do neurofisiologista Berthoz (op.cit., p.126) são mais uma vez lembrados por reforçarem essa dimensão de temporalidade que é memória-patrimônio vivido: “mesmo as fibras musculares têm uma memória”. Na perspectiva desse neurofisiologista, o cérebro - nível “infra” da atividade, é uma máquina “proativa” que faz uso da “memória para predizer” (capítulo V) somente se tempos lhe foram deixados para inscrever neurofisiologicamente lembranças. A temporalidade ergológica se é aquela do corpo, é também *história* da pessoa, de suas relações familiares, sociais, aquela da espécie, cujas aquisições imemoriais se acomodam mal na linguagem das “mutações” proféticas do trabalho. E mesmo nos trabalhos reputados “imateriais”, nas “relações de serviço”, este “corpo-pessoa” aparece encarnando saberes, valores sedimentados em posturas, disponibilidades, palavras e renormalizando as coerções prescritas pelo atendimento padronizado que lhe são impostas.

A vulnerabilidade do *corpo-si* face às situações históricas às quais vivencia. A temporalidade do corpo-si - suporte do debate e da recriação de normas, para além das situações de trabalho onde o auscultamos, torna-o vulnerável também às circunstâncias da vida social. O mesmo corpo circula, confronta e retrabalha valores presentes em sua experiência familiar, social, cívica. Esse corpo é lugar de cruzamento de saberes, de armazenamento de patrimônios, de debate de normas.

Mesmo quando a temporalidade ergológica é, em nossas sociedades, o ato de uma dramática entre normas antecedentes, largamente saídas do pólo mercantil, e normas que não revelam mais deste registro, normas que não revelam mais dos valores mercantis, a terceira temporalidade maior, aquela dos valores e instituições do “bem comum”, é convocada ao interior mesmo do ergológico (2000: 511-513).

Ou seja, nesse circuito de três pólos supracitado, existem circulações multiformes entre temporalidade ergológica e vida social, entre tempos-valores ergológicos e tempos valores da esfera mercantil e da esfera ético-política.

*

A atividade da qual falamos é esse **trabalho de síntese** expresso nas operações do *corpo-si*. Atividade não é uma categoria analítica, mas sintética, pois mediadora nas interfaces homem/meio, designando ‘circulações’, vai e vem em penumbra...atividade industriosa. Nenhuma disciplina pode possuir inteiramente essa atividade, pois esta última não se restringe ao campo da cultura, mas incorpora o campo da natureza. Se devemos tomar o trabalho como matéria do pensar, é porque ele não se deixa facilmente aprisionar em categorias e definições, devendo ao contrário ajudar a fabricá-las de novo (Schwartz, 2003:9).

Ao refletir sobre o termo atividade humana, a ergologia confronta suas “aparições” nas situações de trabalho real as quais estuda ao patrimônio filosófico na intenção de não somente legitimar tais “aparições e reaparições sucessivas”, mas num processo de validação permanente do mesmo em suas contribuições para a compreensão dos dramas cotidianos da experiência humana.

A abordagem ergológica de Schwartz nos permite pensar que as experiências vividas no trabalho, nos *dramas do uso de si* que todo trabalho representam, são experiências prenes de problemas de cidadania, pois recolocam sem cessar a questão dos valores que permeiam a atividade científica, o governo do trabalho e o viver em comum no território das cidades.

4. REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Trad. M.T. Barrocas e L.O. Barreto. 4ª.edição. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1995.

GUËRIN, F. Et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. Trad. Giliane Ingratta, Marcos Maffei. São Paulo : Edgard Blücher, Fundação Vanzolini, 2001.

JOUANNEAUX, M. Le pilote est toujours devant – reconnaissance de l’activité du pilote de ligne. Toulouse: Octarès, 1999.

SCHWARTZ, Yves. Raison pratique et débats de normes. In : A.Tosel et M.Bienenstock (org.) La raison pratique au XX siècle – trajets et figures, Paris, L’Harmattan, 2004.

SCHWARTZ, Yves. Le travail dans une perspectiva philosophique. Cuiabá, Brasil : Seminário Educação 2003 : « trabalho, aprender, saber », agosto, 2003.

SCHWARTZ, Yves. Théories de l’action ou Rencontres de l’activité ? In : Baudoin, Jean-Michel & FRIEDRICH, Janette (Éds). Théories de l’action e éducation. Bruxelles : Éditions De Boeck Université, 2001.

SCHWARTZ, Yves. Conclusion. In : SCHWARTZ, Yves. Le paradigme ergologique ou um métier de Philosophe. Toulouse : Octarès, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Les ingrédients de la compétence : un exercice nécessaire pour une question insoluble. In : SCHWARTZ, Yves. Le paradigme ergologique ou um métier de Philosophe. Toulouse : Octarès, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Le travail a t-il une valeur? In : SCHWARTZ, Yves. Le paradigme ergologique ou um métier de Philosophe. Toulouse : Octarès, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Concordance des temps? Le travail, le marche, le politique. In : SCHWARTZ, Yves. Le paradigme ergologique ou um metier de Philosophe. Toulouse: Octarès, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Valor. Revista Tempo Social, USP, n.8 (2), p.147-158, outubro, 1996.

www.ergologie.com